



### **Ética e educação<sup>1</sup>**

*Gislene Santos<sup>2</sup>*

Um dos problemas que se coloca na sociedade brasileira contemporânea é o do como educar para o respeito às diferenças e para o respeito a todos os seres humanos, sem violência. Essa questão é central para ética.

Nas escolas, atualmente, não são incomuns ações de violência e desrespeito sob todas as formas: agressões, uso de drogas, ameaças, discriminações, desrespeito aos professores e aos alunos... Como a ética pode nos auxiliar a construção uma educação contra a violência?

O artigo 2º da LDB considera que, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, é finalidade da educação nacional o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O artigo 1º diz que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem em várias esferas (família, convivência, trabalho, escola, movimentos sociais etc).

A educação para a cidadania, e os programas educacionais voltados para esse fim, pressupõe a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõe, também, a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola. A idéia clássica de formação nos auxilia a compreender esse tópico.

---

<sup>1</sup> Para uma versão completa desse artigo ver: SANTOS, G. A. Ética, formação, cidadania. A educação e as nossas ilusões. In: Gislene Aparecida dos Santos. (Org.). Universidade, Formação, Cidadania. São Paulo: Cortez, 2001, v. 1, p. 149-167.

<sup>2</sup> Professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

A proposta de educação do homem como membro de uma cultura foi apresentada primeiramente pelos gregos como *paidéia* (formação). ‘Os gregos viram pela primeira vez que a educação tem de ser também um processo de construção consciente. ‘*Constituído de modo correto e sem falhas, nas mãos, nos pés e no espírito*’ (...). Só a este tipo de educação se pode aplicar com propriedade a palavra formação, tal como a usou Platão pela primeira vez em sentido metafórico, aplicando-a à ação educadora’. (Jaeger, 1986: 09-10). ‘A educação grega não é uma soma de técnicas e organizações privadas, orientadas para a formação de uma individualidade perfeita e independente’ (idem:12). Era a coletividade que visava e nela que se constituía como uma formação integral do homem e não como um mero adestramento. Por isso, para os gregos, a *paidéia* buscava imprimir nos membros da sociedade a *areté* (a palavra grega para virtude) de modo que pudessem se reconhecer como responsáveis e realizadores dos valores de sua sociedade.

Ao longo da filosofia clássica, sempre esteve presente a pergunta sobre como formar os jovens, o que lhes deveria ser ensinado para alcançarem a virtude. Portanto, *paidéia* e *areté*, educação e virtude, não poderiam ser pensadas separadamente. Toda a sociedade e a cultura estavam presentes na formação do homem e do cidadão. Era este ideal de excelência e perfeição que os gregos buscavam através da educação: a excelência do homem, das instituições, das cidades. Entretanto, não era apenas como fim que este ideal se fazia presente na educação grega, ele era meio, princípio, forma e ação. Ou seja, o homem grego devia ser educado para a virtude, de modo virtuoso, por pessoas virtuosas, praticando ações virtuosas e fazendo sua cidade virtuosa.

A questão da educação para a virtude e para a cidadania volta à baila quando, em nossos tempos, a LDB<sup>3</sup> institui que a escola é um espaço de formação de cidadãos e difusão de valores que expirem cidadania e ética, mas não considera que a idéia da educação como formação do homem e do cidadão pressupõe que a escola, local onde esta formação ocorrerá (ao menos

---

<sup>3</sup> - Ver, principalmente, o artigo 26º §4; artigo 27º §1; artigo 32º, III, IV; artigo 35º, II e IV.

parcialmente, como diz a Lei), também deva ser pensada como um espaço/instituição no qual estes valores estejam presentes. Para que a escola seja inspiradora de valores éticos, é preciso que ela também seja um espaço ético, operando por meios éticos. De acordo com os clássicos, isso não poderia ocorrer de outro modo.

Contudo, o que se observa é que a sociedade brasileira é marcada pela violência e que esta violência também se faz presente nas escolas. Marilena Chaui no artigo “Ética e violência” explica que podemos entender como violência os atos de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém, opressão, intimidação pelo medo e pelo terror. São as ações que retiram dos sujeitos sua autonomia, tratam as pessoas, os seres humanos, como se fossem coisas como desprovidos de razão e de vontade, por isso a violência é o exato oposto da ética. A mesma autora afirma que a sociedade brasileira que “ *é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade*”. (Chaui, 2000: 89). Diante disso, como podemos educar nossos alunos? Como educar eticamente em uma sociedade marcada pela violência?

Sabe-se que os sofistas, os primeiros professores da história da educação, se ocupavam com o ensino das técnicas ou da arte de ser cidadão. Ensinavam tudo o que fosse necessário ao exercício da cidadania, mas eram céticos em relação à existência de valores, idéias e leis absolutas e universais. Não se punham em busca da verdade, da justiça, da virtude como coisas que existissem em si mesmas e independentes das circunstâncias. Para eles, tudo dependia de convenções, tudo era fruto de controvérsia e só cabia ao professor ensinar a seus alunos como se sair bem na exposição de suas idéias e seu bom

desempenho nas assembléias; ensinar o sucesso através do uso adequado da palavra e do poder da persuasão. Para os sofistas pouco importava sobre o que se falava e quais idéias ou virtudes eram defendidas num determinado momento porque essas poderiam ser modificadas num outro momento em acordo com o que fosse mais conveniente, mais “lucrativo”. Tudo poderia ser convencionado.

Ao contrário dos sofistas, os filósofos pensavam que as virtudes (que eram universais, eternas e imutáveis), não dependiam da persuasão para serem estabelecidas. Para eles, os sofistas somente ensinavam quem pudesse pagá-los para isso, não estavam preocupados quer com a verdade, quer com a justiça ou com a virtude como coisas independentes da utilidade e do ponto de vista de quem as professasse. Por isso os filósofos clássicos olhavam para os sofistas como demagogos e charlatães<sup>4</sup>. Também por isso, contra os sofistas e pelas mãos (ou textos) de Platão, Sócrates pronunciava que não se pode ‘separar virtude e ciência, virtude e saber, virtude e razão; a virtude é uma forma de conhecimento (a mais alta) e não um simples modo de agir em acordo com convenções. Agimos virtuosamente porque sabemos o que é a virtude’ (Chauí, 1994:154). Isso era a *paidéia*, ou a formação.

E Platão considerava que esta *paidéia* só poderia ser implementada por aquele que tivesse passado por um longo processo de aprendizagem através do qual tivesse podido ascender às verdades essenciais e eternas desfazendo-se de preconceitos e da aparência vulgar das coisas e obtendo a ciência da urdidura de cidadãos e da cidade. Ou seja, para ensinar a virtude, era preciso um processo longo de aprendizagem, de formação, de conhecimento e, principalmente, de vivência prática das virtudes.

Isso nos convida a refletir sobre quem, nas escolas, seriam os educadores para a formação dos cidadãos. Infelizmente, a resposta convencional de que os

---

<sup>4</sup> - Embora se saiba pouco sobre os sofistas, conhece-se seu vínculo com a democracia ateniense (o sofista Protágoras foi professor de Péricles, o legislador democrata de Atenas). O interesse pela retórica, persuasão e pela dialética e a valorização das opiniões não era devido à demagogia ou ao charlatanismo dos sofistas, mas à crença de que esses eram os melhores instrumentos para a garantia da efetiva participação de todos os cidadãos, igualmente, nas disputas públicas.

educadores seriam os próprios professores não é suficiente para esvaziar a pergunta e nos conduz a outras. Se a virtude (a *areté*, a cidadania) pode ser ensinada, os professores estariam preocupados, como os filósofos clássicos, em se tornarem eles mesmos virtuosos, sábios, despojados de seus preconceitos e de suas ilusões em busca do conhecimento do que é a virtude e do como ensiná-la ou seriam como os sofistas ensinando porque recebem para isso, mas, de fato, não oferecendo seu assentimento às idéias que pronunciam ou não crendo na perenidade do que é ensinado?

As atuais discussões sobre como adequar as instituições de ensino e ‘capacitar’ os professores de acordo com o que pede a Lei se aparenta com esta querela: como vamos transformar nossos professores em cidadãos aptos a ensinar cidadania e nossas escolas em espaços democráticos que auxiliem a resolver o problema da ausência de ética e da violência presentes na sociedade? Como fazer com que os educandos passem a desejar o bem e a virtude e a praticá-los para que nossa sociedade não se transforme no reino da barbárie?

Para que tudo isso se efetive e se faça cumprir é necessário o comprometimento dos professores. É preciso que os professores acreditem que é possível ensinar a virtude, que é possível ensinar cidadania.

Não se pode ignorar que o professor, a escola e os profissionais que ali atuam detenham o poder de formar cidadãos. E, mais ainda, que os professores, mesmo sendo pessoas, quando no exercício público da razão, podem e devem ter uma responsabilidade ética pelo que ensinam, transmitem, opinam. Desde a antigüidade clássica, a idéia de educação implica a busca de uma ação moderada, menos corrompida, menos influenciada pelas paixões. Entretanto, hoje ‘a educação foi quase inteiramente identificada com *escolarização*’ (Prado Júnior, 1985: 99). Desta forma, a questão do papel do professor ganha uma relevância ainda maior porque será a partir dele, de suas atitudes, da forma como lida com conteúdos, como elabora suas aulas, como se relaciona com seus alunos, da forma como lida com seus preconceitos e conceitos que outros valores, vícios e virtudes poderão ser definidos.

Quando se admite que a educação, em nossos tempos, é praticamente idêntica à escolarização e se transfere para a escola e para os profissionais ali presentes a tarefa de educar para a formação do cidadão (ou seja, a formação ética e política), em decorrência, passa-se a colocar em evidência a postura ética daqueles que, como responsáveis pela educação, serão modelos de conduta, espelhos de caráter, difusores de valores. Por isso cabe perguntar o que significa transferir para os professores a exigência das virtudes, da justiça e da responsabilidade pela formação dos cidadãos e em que medida as virtudes dos educadores, expressas em seu trabalho, seriam responsáveis pelas mudanças no perfil de seus alunos.

Se a educação é projeto e utopia, uma resposta para uma educação ética e, portanto, contrária à violência, talvez resida na democratização das instituições de ensino e na efetivação de um educação inclusiva.

A proposta de uma educação inclusiva parece assinalar para uma saída, não só porque contempla a utopia presente em todo projeto pedagógico, como também acena para a alteração do paradigma educacional das sociedades autoritárias porque pressupõe que a transformação social deva implicar na transformação e na democratização de todas as relações sociais.

Transformar a escola em um espaço efetivamente plural seria uma das formas mais eficazes de uma educação ética ou para a ética, porque permitira a expressão das diferenças num espaço público de modo a incorporar todos os valores sem hierarquiza-los.

Se a escola não está separada do mundo e a ética se constrói através da livre expressão de idéias e projetos no espaço das cidades e da cidadania, uma educação ética também implicaria a formação de cidadãos através do livre exercício da atividade política ou a ampliação de espaços públicos de manifestação das diferenças.

Dito isso, pensar a correlação entre ética e educação na sociedade brasileira significa pensar a sociedade como um todo e todos os seus espaços públicos como agentes de educação que devem ser livremente acessados pelos

diferentes componentes da espera pública da sociedade, de toda a sua diversidade. A educação para a ética ou uma educação ética pressupõe a construção de sociedades verdadeiramente democráticas.

Nesse sentido, podemos dizer que a tradição filosófica nos ensinou algo que talvez seja sábio recuperar: a ética se ensina permitindo o convívio entre os diferentes nos diferentes espaços públicos nos quais se possam expressar os valores e construir o bem comum.

### **Referências bibliográficas**

CHAUI, Marilena . (1997). Convite à Filosofia. 8ª ed. São Paulo, Ática.

CHAUI, Marilena (1998). Ética e Violência. [Palestra apresentada no Colóquio Interloquções com Marilena Chaui, São Paulo].

CHAUI, Marilena (2000). Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo.

JAEGER, Werner (1986). Paidéia. São Paulo, Martins Fontes.

PRADO JR., Bento (1985). Alguns Ensaio. São Paulo, Max Limonad.

LEI n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Texto disponível na Internet: <http://www.regra.com.br/educação/NovaLDB.htm>.